

ARTIGOS DOSSIÊ

Kenia Silva^I

Carolina Pinho^{II}

Fernanda de Araújo Oliveira^{III}

Gabriele da Silva Antunes^{IV}

Manuela Arruda da Silva^V

Autoetnografia de uma rede transnacional: impactos e sentidos da Pedagogia Feminista Negra

Autoethnography of a transnational network: impacts and meanings of Black Feminist Pedagogy

RESUMO:

Este artigo analisa a Rede Internacional de Pedagogia Feminista Negra como manifestação concreta do feminismo negro em sua dimensão transnacional e pedagógica. A ancorada no feminismo negro transnacional (solidariedade/amefricanidade) e na Pedagogia Feminista Negra (PFN), adotamos a autoetnografia crítica como metodologia, articulando experiência situada e análise teórico-conceitual. O *corpus* de análise é composto por documentos institucionais e experiências em diversos eventos. Os resultados evidenciam impactos educativos (formação crítica; sistematização de saberes insurgentes; tradução pública de conceitos como interseccionalidade), sociais (ampliação de redes, ênfase em acessibilidade e comunicação inclusiva; fortalecimento de pertença e autoidentificação) e políticos (institucionalização via estatuto e diretoria; disputa de narrativas contra o racismo, sexismo e eurocentrismo; popularização da ciência como prática anticolonial). É demonstrado como práticas já existentes, cursos, publicações, mesas e ações de comunicação, se consolidam em projeto político-pedagógico, produzindo legitimidade epistêmica para vozes negras e configurando a Rede como laboratório vivo de produção, circulação e validação de conhecimento. Concluímos que a Pedagogia Feminista Negra opera como gramática de ação que integra teoria e prática, corpo e território, passado e futuro, oferecendo referências curriculares e metodológicas para a transformação educacional em chave de emancipação coletiva.

Palavras-Chave: Pedagogia Feminista Negra; Feminismos negros; Autoetnografia crítica; Interseccionalidades

ABSTRACT:

This article analyzes the *Rede Internacional de Pedagogia Feminista Negra* as a concrete manifestation of Black feminism in its transnational and pedagogical dimension. Grounded in transnational Black feminism (solidarity/"Amefricanity") and in Black Feminist Pedagogy, we adopt critical autoethnography as our methodology, articulating situated experience with theoretical-conceptual analysis. The corpus brings together both institutional documents and lived experiences in diverse events. The results highlight educational impacts (critical training; systematization of insurgent knowledges; public translation of concepts such as intersectionality), social impacts (network expansion; emphasis on accessibility and inclusive communication; strengthened sense of belonging and self-identification), and political impacts (institutionalization through statutes and a board of directors; contestation of narratives against racism, sexism, and Eurocentrism; popularization of science as an anticolonial practice). We show how pre-existing practices (courses, publications, panels, and communication initiatives) converge into a political-pedagogical project, producing epistemic legitimacy for Black voices and configuring the Network as a living laboratory for the production, circulation, and validation of knowledge. We conclude that Black Feminist Pedagogy operates as a grammar of action that integrates theory and practice, body and territory, past and future, offering curricular and methodological references for educational transformation in the key of collective emancipation.

Keywords: Black Feminist Pedagogy; Black feminisms; Black autoethnography; Intersectionalities

^I Mestre em Ciências da Educação pela Universidade do Porto; Doutoranda em Ciências da Educação pela Universidade do Porto , Porto, Portugal.
keniadrica@hotmail.com,  <https://orcid.org/0000-0001-6995-3721>

^{II} Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Campinas; Professora, Instituto Federal da Bahia , Salvador, BA, Brasil.
csbpinho@uefs.br,  <https://orcid.org/0000-0001-6811-183X>

^{III} Mestre em História Social da Cultura Regional pela Universidade Federal Rural de Pernambuco; Doutoranda, Universidade Federal de Minas Gerais , Belo Horizonte, MG, Brasil.
afernanda791@gmail.com,  <https://orcid.org/0000-0002-4811-6796>

^{IV} Mestre em Humanidades pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira; Professora, Universidade Estadual do Ceará , Fortaleza, CE, Brasil.
gabi.antunes@uece.br,  <https://orcid.org/0000-0003-1389-6785>

^V Mestre em História pela Universidade Federal Rural de Pernambuco; Professora, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso , Cuiabá, MT, Brasil.
manuela.arruda@ifmt.edu.br,  <https://orcid.org/0000-0002-3832-900X>

INTRODUÇÃO

A produção científica é atravessada por disputas epistemológicas que definem quais saberes são legitimados, quais experiências são reconhecidas e quais sujeitos são autorizados a falar. Nesse contexto, a definição de referenciais teóricos constitui uma escolha política, diretamente implicada no enfrentamento à colonialidade do saber (Lander, 2005; Maldonado-Torres, 2007; Quijano, 2000). É nessa chave que ancoramos o artigo em dois eixos complementares: o feminismo negro transnacional e a Pedagogia Feminista Negra (PFN). O primeiro evidencia a solidariedade que conecta mulheres negras para além das fronteiras nacionais e reivindica a amefricanidade como solo comum das experiências diaspóricas (Gonzalez, 2020). O segundo, derivado do pensamento feminista negro, reconhece essas redes como espaços de produção de conhecimento, formação crítica e transformação social para a criação de uma pedagogia própria (Pinho; Mesquita, 2022).

Nosso objetivo é analisar a Rede Internacional de Pedagogia Feminista Negra (RIPFN) como manifestação concreta desse feminismo em sua dimensão transnacional e pedagógica. Perguntamos: (i) como a Rede mobiliza práticas, linguagens e arranjos institucionais para produzir, legitimar e circular saberes feministas negros?; e (ii) de que modo suas escolhas comunicacionais e organizati-

vas desestabilizam a pretensa neutralidade científica e afirmam epistemologias negras?

Metodologicamente, situamo-nos na auto-etnografia crítica (Adams, Jones, Ellis, 2015), em diálogo com saberes situados (Haraway, 1988) e com a centralidade do lugar de fala (Ribeiro, 2019). Escrevemos a partir de nossas posições (cinco mulheres negras, de diferentes territórios e biomas) assumindo a implicação corpo-história na produção do conhecimento (Collins, 2000). A opção metodológica se justifica porque a autoetnografia, ao articular experiência e análise, torna visíveis as tramas pelas quais práticas coletivas se convertem em categorias e projetos políticos (Euclides, Silva, 2024; Griffin, 2012).

O *corpus* documental reúne documentos institucionais (Estatuto da Rede, 2024), materiais públicos digitais (perfil do *Instagram*), e nossas experiências em eventos/atividades como *Afro-Latin American Research Institute* (ALARI), Congresso Brasileiro de Pesquisadores/as Negros/as (COPENE), o Grupo de Estudos e o Grupo de Pesquisa Coletivo Tereza de Benguela: Estudos Afro-latino-americanos e Pedagogia Crítica. Triangulamos descrição densa, análise teórico-conceitual e reflexões autoetnográficas para explicitar processos (como se organiza, comunica e forma) e efeitos (o que muda em termos de acesso, legitimação e circulação do saber).

Compreendemos que este estudo apresenta uma tripla importância que se entrelaça: social, educacional e política. Pois, documenta a consolidação de redes que enfrentam o racismo, o sexismo e o eurocentrismo ao instituírem mecanismos democráticos de participação e voz. Educativamente, explicita uma gramática pedagógica, a PFN, que transforma experiências diaspóricas em referências curriculares, metodológicas e comunicacionais. Ao afirmar que conceitos derivam de práticas históricas (Pinho, 2025; Figueiredo, 2023), o artigo recupera genealogias silenciadas e propõe a Rede como laboratório vivo de produção de conhecimento, formação crítica e emancipação.

Feminismo Negro: ancestralidade, diáspora e resistência

Os esforços de mulheres negras escritoras para chamar a atenção para o nosso trabalho servem para sublinhar tanto nossa presença quanto nossa ausência. [...] “erguer a voz” foi para mim um ritual de iniciação, testando minha coragem, fortalecendo meu comprometimento, me preparando para os dias vindouros— os dias em que a escritura, os comentários de rejeição, os períodos de silêncio, a publicação, o desenvolvimento contínuo pareciam impossíveis, mas necessários. [...] Esse ato de fala, de “erguer a voz”, não é um mero gesto de palavras vazias: é uma expressão de nossa transição de objeto para sujeito — a voz liberta (hooks, 2019).

Delimitamos como referenciais teóricos centrais o feminismo negro transnacional e a Pedagogia Feminista Negra (PFN), por compreendermos que ambos oferecem ferramentas analíticas e políticas fundamentais para interpretar a atuação da RIPFN. O feminismo negro transnacional, ao evidenciar a solidariedade construída entre mulheres negras para além das fronteiras nacionais e ao reivindicar a amefricanidade (Gonzalez, 2020) como solo comum das experiências diaspóricas, possibilita compreender as redes de luta coletiva que atravessam contextos locais e globais. Já a PFN (Pinho; Mesquita, 2022), ao se constituir como prática político-pedagógica derivada do pensamento feminista negro, permite reconhecer essas mesmas redes como espaços de produção de conhecimento, formação crítica e transformação social. A escolha desses referenciais se justifica, portanto, pelo fato de o artigo analisar a RIPFN como manifestação concreta do feminismo negro em sua dimensão simultaneamente transnacional e pedagógica.

Essa delimitação teórica implica, como lembra Gaston Bachelard (1996), reconhecer que todo conhecimento supõe uma ruptura epistemológica, isto é, uma tomada de posição frente às formas estabelecidas de pensar. Assumir o feminismo negro transnacional e a Pedagogia Feminista Negra como referenciais significa, portanto, afirmar que as mulheres negras - historicamente silenciadas -

são produtoras legítimas de categorias analíticas capazes de explicar a realidade social. Tal posicionamento encontra respaldo em Sueli Carneiro (2005), ao denunciar o epistemicídio como estratégia de apagamento das produções intelectuais negras, e em Patricia Hill Collins (2000), ao reivindicar o pensamento feminista negro como um sistema de conhecimento próprio. Desse modo, em vez de recorrer a modelos externos ou hegemônicos, o artigo se ancora na práxis feminista negra como fundamento teórico-metodológico, cuja densidade conceitual emerge da experiência diaspórica, pedagógica e política de resistência.

Para a compreensão desses referenciais, neste tópico nos pautamos em estudos que evidenciam que o feminismo negro constitui um movimento autônomo, delineado a partir das demandas históricas e políticas das mulheres negras desde sua constituição como sujeito “outro” na modernidade ocidental (Collins, 2000; Gonzalez, 2020; hooks, 2019). Ao contrário do que tem sido frequentemente compreendido, o feminismo negro possui uma genealogia própria, não podendo ser interpretado como derivação tardia do feminismo hegemônico, mas como prática política anterior a ele (Bairros, 1995; Davis, 2020).

Nesse sentido, Carolina Pinho (2025) reivindica a sociologia crítica do conhecimento para afirmar que os fenômenos sociais não surgem a partir de conceitos; ao contrário, os conceitos resultam

das práticas históricas. Nessa mesma direção, Angela Figueiredo (2023) compreende o feminismo negro como uma experiência que antecede sua formulação teórica. Trata-se de um conjunto de repertórios culturais, religiosos, linguísticos, políticos e sociais mobilizados por mulheres africanas e diaspóricas no enfrentamento das injustiças da lógica escravista-colonial.

Esse entendimento ajuda a perceber que, assim como a gravidade, enquanto fenômeno, já existia antes de Isaac Newton (1643-1727) nomeá-lo e sistematizar suas leis, também as práticas políticas das mulheres negras já existiam antes de receberem a denominação de feminismo negro. O reconhecimento conceitual dessas práticas, entretanto, esteve condicionado às estruturas de produção do conhecimento, uma vez que a exclusão sistemática das mulheres negras dos espaços acadêmicos impediu que suas experiências políticas fossem nomeadas antecipadamente (Carneiro, 2005; Collins, 2000).

Foi apenas a partir do final da década de 1970 que tais práticas passaram a ser reconhecidas e nomeadas como feminismo negro, momento que, de forma equivocada, tem sido estabelecido como seu marco inaugural (Davis, 2018; Gonzalez, 2020). E, nesse contexto, refletimos também sobre a tese da socióloga Catalina González Zambrano (2017), a qual contextualiza que o ativismo dos movimentos de mulheres negras teve, desde os

anos de 1980, um caráter transnacional, fruto de uma contínua articulação entre intelectuais/ativistas negras brasileiras com os movimentos internacionais de mulheres negras. Defendemos, assim, que o feminismo negro não emerge nesse período, mas é então nomeado, pois já existia como prática social e política muito antes de sua consolidação conceitual (Collins, 2000).

Sob essa perspectiva, o termo *negro* não se reduz a um marcador identitário, mas se afirma como categoria política que expressa uma luta enraizada na experiência diaspórica das mulheres negras (Carneiro, 2005; Collins, 2000; Gonzalez, 2020). Essa dimensão política se materializa em uma longa historicidade de resistências. Entre os séculos XVI e XIX, no contexto do tráfico transatlântico, mulheres africanas escravizadas enfrentaram a desumanização colonial por meio de estratégias como a religiosidade, a oralidade e o cuidado coletivo (Nascimento, 2016). No Brasil, destacaram-se figuras como Zeferina, Dandara, Tereza de Benguela, Maria Felipa e Maria Firmina dos Reis; em outros territórios das Américas, Cécile Fatiman, Úrsula de Jesús e lideranças quilombolas e palenqueras; e, nos Estados Unidos, Sojourner Truth e Harriet Tubman, cujas trajetórias marcaram decisivamente o século XIX (Davis, 2018).

No mesmo período, no Brasil, a criação de irmandades negras, como a Irmandade da Boa Morte, evidenciou a articulação política das mu-

lheres negras em torno da espiritualidade, do cuidado e da resistência cultural (Reis, 1991; Soares, 2000). Ao final do século XIX e início do XX, o surgimento de escolas negras, clubes literários e da imprensa negra consolidaram-se como espaços de afirmação identitária e denúncia do racismo (Andrews, 1998). Já no início do século XX, a cultura negra urbana, como o samba, teve em mulheres como Tia Ciata protagonistas que articularam política, música e espiritualidade em processos de resistência e afirmação cultural (Moura, 1995; Sodré, 1998).

No presente, observa-se uma pluralidade de experiências teórico-políticas protagonizadas por mulheres negras, incluindo feminismos negros interseccionais, lésbicos e periféricos, mas também propostas afins, como o feminismo decolonial e o mulherismo. Essa diversidade revela que, embora o feminismo negro seja um projeto político amplo e dinâmico, fundamentado nas experiências de mulheres negras, cis e trans, não se trata de uma prática homogênea. Pelo contrário, sua característica constitutiva é o respeito à autodefinição dos agrupamentos de mulheres negras em seus diferentes territórios (Pinho, 2025).

Nesse sentido, rejeita-se a interpretação de que o feminismo negro seja uma expressão da chamada quarta onda feminista, categoria amplamente utilizada para designar mobilizações feministas recentes, marcadas pelo uso intensivo das

redes digitais, pela centralidade das pautas identitárias e pela emergência de novos repertórios de ativismo no século XXI. Sustentamos que o feminismo negro não pode ser compreendido como desdobramento tardio dessas formulações, uma vez que constitui uma prática política e epistemológica anterior, forjada desde o período colonial a partir das lutas de sobrevivência, resistência e produção de conhecimento das mulheres negras.

Essas práticas históricas incluem, entre outras, a organização comunitária para a sobrevivência coletiva, o cuidado compartilhado, a transmissão de saberes por meio da oralidade, a manutenção de práticas espirituais afro-diaspóricas, a resistência cotidiana à desumanização racial e de gênero, bem como a produção de narrativas e interpretações próprias sobre o mundo social. Tais práticas, desenvolvidas por mulheres negras africanas e diaspóricas em contextos de escravidão e colonialidade, antecedem sua nomeação conceitual e constituem a base histórica do que hoje se reconhece como feminismo negro.

Desde o período colonial, essas formas de resistência coletiva não apenas enfrentaram a violência escravista, mas também produziram modos alternativos de vida, sociabilidade e conhecimento, configurando um marco civilizatório outro, em oposição à ordem colonial (Collins, 2000; Davis, 2018; Gonzalez, 2020). O momento atual pode, portanto, ser compreendido como uma maré ne-

gra feminista, que se expande à medida que a urgência de transformação das relações sociais se intensifica, sem se confundir com periodizações eurocentradas do feminismo.

Seguindo os caminhos do pensamento feminista negro, vale acrescentar o conceito interseccionalidade basilar para nossa análise. O conceito em questão foi sistematizado pela jurista negra norte-americana Kimberlé Crenshaw (2002), embora intelectuais negras como Lélia Gonzalez (2020) já vinham fazendo uma análise interseccional sem a nomear. Crenshaw (2002) observou uma universalização nas análises dos direitos humanos, uma vez que eles se fundamentam nas experiências de homens.

Logo, essas análises não contemplavam outras experiências, assim ela define interseccionalidade como uma ferramenta que busca capturar as interações entre dois ou mais eixos de subordinação. Trata-se da forma pela qual diferentes sistemas de opressão, como o racismo, o patriarcalismo e a opressão de classe, produzem desigualdades básicas que organizam posições sociais relativas. Como argumenta Crenshaw (2002, p. 177), esses sistemas não atuam de forma isolada, mas se sobrepõem e se cruzam, criando intersecções complexas nas quais múltiplos eixos de subordinação operam simultaneamente.

Nesse cerne, a compreensão do feminismo negro enquanto uma teoria crítica plural e abran-

gente aparece também na práxis de outra notável intelectual negra, a estadunidense Angela Davis (2018). Em 2019, na ocasião de uma passagem muito profícua no Brasil (especificamente no estado da Bahia) Davis chamou atenção, inclusive, para o legado de Lélia Gonzalez, reconhecendo nas contribuições da amefricana para o feminismo negro, o conceito da interseccionalidade e para as ciências sociais (Brasil de Fato, 2019). Isso é apenas um exemplo para ressaltar a conexão de Angela Davis com teorias e práticas que se desenvolvem além do território norte-americano, deixando nítido que a atuação feminista negra se faz de modo amplo, onde cada pessoa e coletivo tem papel fundamental no combate às opressões além do racismo.

Em seu livro de entrevistas, intitulado *A liberdade é uma luta constante* (2018), Angela Davis demonstra preocupação e ação com causas que vão desde à condição das mulheres negras dos Estados Unidos da América (EUA) à urgência da libertação do povo Palestino e o direito à ocupação digna de seu território. Os mecanismos de opressão de raça, classe, gênero e orientação sexual operam de forma entrelaçada, de modo que ainda que haja diferenças entre os cotidianos de mulheres negras em diferentes países, a libertação é uma realidade que só pode ser acessada coletivamente.

Assim, na sua entrevista, ao aproximar experiências aparentemente distintas (mulheres negras nos EUA e a luta palestina) Davis (2018)

atualiza o princípio da solidariedade transnacional formulado por Gonzalez (2020). Pois, mostra que a interseccionalidade não se restringe apenas a categorias analíticas, mas se traduz em prática política coletiva, que respeita a autonomia de cada povo e, ao mesmo tempo, reconhece que nenhuma luta é isolada.

Essa compreensão da interseccionalidade como prática política transatlântica nos permite avançar para a noção de feminismo negro transnacional tal como mobilizada neste artigo. Aqui, o transnacional não se refere à mera circulação de ideias entre países, mas à constituição de práticas políticas e epistemológicas forjadas a partir de experiências históricas compartilhadas de mulheres negras em contextos atravessados pela colonialidade, pelo racismo estrutural e pelo capitalismo global.

Essa leitura dialoga com Françoise Vergès (2020), ao indicar que os feminismos produzidos no Sul Global emergem como formas de resistência à racialização do trabalho, à exploração colonial e às hierarquias de gênero impostas pela modernidade capitalista. Do mesmo modo, aproxima-se das reflexões de Verónica Gago (2020), para quem os feminismos contemporâneos, ao se organizarem em rede, produzem saberes e estratégias políticas situadas, capazes de articular escalas locais e globais sem apagar as assimetrias de poder entre territórios. Nessa chave, o feminismo negro trans-

nacional se expressa como prática de solidariedade crítica, fundada na articulação entre lutas localizadas e projetos políticos compartilhados, dimensão que será aprofundada a seguir.

Feminismo negro transnacional: solidariedade, amefricanidade e luta coletiva

O feminismo negro transnacional, entendido como prática política situada e solidária, encontra expressão concreta em processos históricos de articulação coletiva que antecedem e sustentam as formulações contemporâneas. Um marco fundamental para o fortalecimento do feminismo negro e a ampliação das conexões entre mulheres negras do continente foi o *1º Encontro Latino-Americano e do Caribe de Mulheres Negras*, realizado em Santo Domingo, na República Dominicana, entre 19 e 25 de julho de 1992 (Curiel, 2013). O encontro teve como objetivo articular mulheres negras da região e denunciar o racismo e o machismo estruturantes, inserindo-se no contexto mais amplo de contestação às celebrações oficiais dos 500 anos da colonização das Américas, amplamente criticadas por intelectuais decoloniais latino-americanas (Gonzalez, 2020).

Além da crítica às comemorações do quinto centenário da colonização das Américas, o contexto político do período foi marcado pelo fim das ditaduras militares e pelos processos de redemo-

cratização em países do Cone Sul, o que favoreceu a articulação de redes transnacionais de mulheres negras em defesa da democracia e dos direitos humanos (Cusicanqui, 2010). A partir do *1º Encontro Latino-Americano e do Caribe de Mulheres Negras*, realizado em 1992, instituiu-se o Dia Internacional da Mulher Negra Latino-Americana e Caribenha, celebrado em 25 de julho, data reconhecida e difundida por organismos internacionais e movimentos sociais negros (Curiel, 2013; ONU Mulheres Brasil, s.d.). Mais do que uma data comemorativa, esse marco configura-se como política de memória e projeto de solidariedade transnacional, inscrevendo as mulheres negras como protagonistas de uma luta global contra o racismo, o sexismo e as heranças coloniais (Collins, 2019).

Aprofundando essa dimensão da solidariedade crítica em escala transnacional, percebemos que o feminismo negro, como teoria crítica e prática política, sempre ultrapassou fronteiras nacionais, articulando lutas a partir da experiência diaspórica das mulheres negras. Refletimos sobre isso a partir do ensaio intitulado *Mulher Negra*, no qual Lélia Gonzalez (2020) analisa que o feminismo negro tem como característica fundamental a solidariedade, fundamentada em uma experiência histórica comum a partir da diáspora africana, que o diferencia do feminismo ocidental.

É a partir dessa análise que Lélia Gonzalez (2020) reflete sobre a categoria da amefricanida-

de, que pode ser entendida como uma categoria que ultrapassa o recorte geográfico. Ao expressar os processos históricos de resistência e criação cultural afrocentrada no espaço amefricano, rompe fronteiras e articula diferentes matrizes culturais negras, construindo identidades coletivas, em diálogo com formulações políticas como o pan-africanismo e a negritude (Gonzalez, 2020).

Ao lançar um novo olhar afrodiaspórico sobre a formação política e cultural da América Latina, Lélia Gonzalez (2020) buscou evidenciar a importância africana e indígena¹ na construção cultural do continente americano, renomeando-o como Améfrica Ladina. A categoria da amefricanidade, nesse sentido, vai muito além de um caráter geográfico, pois incorpora um processo contínuo de resistências negras desenvolvidas de forma coletiva ao duro colonialismo que marcou a vinda forçada das nossas ancestrais. Essas resistências estiveram presentes em manifestações de revoltas e na elaboração de estratégias culturais desenvolvidas de formas alternativas com organização social livre cuja expressão “se encontra nos quilombos, cimarrones, cumes, palanques, marronages e maroon societies, espreiadas pelas mais diferentes paragens de todo o continente” (Gonzalez, 2020, p. 125).

Partindo de uma reflexão corporificada, de ter viajado e conhecido mulheres negras e indígenas de todo o território amefricano, Lélia Gonzalez

(2020) evidenciou que o pensamento feminista negro tem no seu cerne uma perspectiva transnacional. Esse ponto de vista também pode ser observado na produção intelectual feminista negra em que Lélia Gonzalez pensou o racismo e o sexismo na cultura brasileira, a partir das categorias como: mãe preta, doméstica e mulata ainda na década de 1980.

De forma similar, os estudos de Patricia Hill Collins (2019), nos Estados Unidos, também identificaram, no início da década de 1990, as imagens de controle da *mammy*, da matriarca negra e da *jezebel*. Tais perspectivas apresentam convergências significativas, embora se constituam em contextos distintos, na medida em que denunciam como estereótipos racistas e sexistas, construídos historicamente ainda no período colonial, permanecem no tempo presente, demonstrando mais uma vez que a experiência diaspórica produz um feminismo negro transnacional, capaz de articular opressões distintas sob um mesmo eixo crítico.

Explicitando a importância das lutas coletivas por libertação, a práxis de Angela Davis (2018), também, nos possibilita compreender que não existe possibilidade de combate isolado a partir do pensamento feminista negro. Essa teoria crítica reconhece a pluralidade, mas não nos permite ignorar que independente do território, toda luta revolucionária por libertação é uma tarefa coletiva. Ou, como nos lembra Davis (2018, p. 29), de

considerar a “importância do contexto global” na ação revolucionária.

Para além do campo estrito do feminismo negro, essas formulações dialogam com perspectivas feministas decoloniais produzidas no Sul Global, que também compreendem a luta feminista como prática coletiva, antirracista e anticapitalista. Como as de Françoise Vergès (2020) contribuem para aprofundar essa compreensão do feminismo negro transnacional ao desvelar como os feminismos produzidos a partir do Sul Global se constituem em oposição às lógicas coloniais, raciais e capitalistas que estruturam o feminismo hegemônico. Para Vergès (2020), os feminismos antirracistas e decoloniais emergem da crítica à racialização do trabalho, à exploração dos corpos negros e à naturalização da violência colonial, articulando luta política, produção de conhecimento e prática coletiva. Essa leitura permite compreender o feminismo negro transnacional não como um projeto universalizante, mas como uma constelação de práticas situadas que se conectam por meio da solidariedade crítica, da memória histórica e da resistência às formas contemporâneas de dominação. No contexto deste artigo, essa perspectiva reforça a compreensão da Rede como parte de um feminismo que se organiza em escala transnacional sem apagar as especificidades territoriais, mas articulando experiências locais em um horizonte comum de transformação social.

Dessa forma, as autoras demonstram que o feminismo negro é, por definição, transnacional: nasce da diáspora, denuncia estereótipos coloniais, articula opressões múltiplas e projeta a solidariedade como caminho de libertação coletiva. Também é importante destacar sobre o movimento de repensar o lugar da mulher negra na diáspora e, ao mesmo tempo, a necessidade de erguer a voz (hooks, 2019), algo que é compartilhado por mulheres em outros países da América Latina e Caribe.

Pedagogia Feminista Negra: prática político pedagógica derivada do pensamento feminista negro

O feminismo negro transnacional ao evidenciar a força das redes de solidariedade e luta coletiva que atravessam fronteiras, reconhece que essas mesmas redes são também espaços de produção e transmissão de saberes. Nesse sentido, compreendemos os movimentos sociais como espaços de produção, articulação e circulação de saberes construídos por grupos não hegemônicos e contra-hegemônicos, exercendo um papel pedagógico nas relações políticas e sociais. Como argumenta Nilma Lino Gomes (2017), foi a atuação consistente do Movimento Negro que possibilitou que muitas das preocupações teóricas presentes nas ciências humanas e sociais passassem a ser reconhecidas em seu valor epistemológico e político.

Ao sistematizar o movimento negro como agente educador, Gomes (2017) resgata suas contribuições para a formação da sociedade brasileira e para a subversão do lugar historicamente imposto às pessoas negras, apontando que, para além do enfrentamento à violência étnico-racial, emergem conquistas no campo da educação, da cultura e da política. Nessa toada, rememorando e vivenciando a *práxis* plural elaborada por mulheres negras a partir de suas experiências, identificamos também o feminismo negro como agente educador, desenvolvendo práticas pedagógicas próprias. Um exemplo teórico-prático dessa pedagogia insurgente é o que temos nomeado como Pedagogia Feminista Negra (PFN).

Ao recuperar a história de resistência das mulheres negras desde o período colonial, é possível perceber que suas lutas estiveram diretamente associadas à afirmação da humanidade das pessoas escravizadas, o que incluía a reivindicação do acesso ao conhecimento e à educação. No Brasil, as primeiras experiências de escolarização formal foram instituídas no contexto da colonização portuguesa, sobretudo a partir da ação dos jesuítas, a partir de meados do século XVI (Saviani, 2021).

Essas iniciativas educativas, entretanto, operavam como instrumentos de catequese e controle colonial, excluindo as populações negras escravizadas e os povos originários da condição de sujeitos do conhecimento. Embora africanos e in-

dígenas possuíssem concepções e práticas educativas próprias, distintas daquelas organizadas pelos europeus, a escola colonial consolidou-se como espaço privilegiado de produção e transmissão do saber hegemônico, contribuindo para a deslegitimação de outros regimes de conhecimento (Saviani, 2021).

Assim, a luta por libertação mobilizada por mulheres negras desde o período colonial também compreendia a educação como um direito a ser reivindicado por e para todas as pessoas. Citamos, por exemplo, a intervenção de Maria Firmina dos Reis no século XIX, no Maranhão, que fundou a primeira escola mista e gratuita no Brasil. A professora maranhense se tornou como docente de forma autodidata e, ao escrever “Ursula” (1859), ela é reconhecida como a primeira mulher romancista no Brasil (Dalcastagnè, 2012).

Reconhecemos também na atuação do Movimento Negro Unificado (MNU), fundado oficialmente em 1978 (Gonzalez, 2020), a concepção de educação para a população negra foi ganhando outros contornos ao centralizar o combate ao racismo como um pilar para garantir uma educação inclusiva para todas as pessoas. Iniciativas como o Teatro Experimental do Negro (Nascimento, 2016) ofertavam à população trabalhadora e majoritariamente negra, escolas noturnas desde a década de 1940. E as mulheres, como pontua Lélia Gonzalez (2020) eram uma força notável no movimento,

apesar das contradições acerca das relações hierárquicas de gênero que aconteciam no interior da organização.

É nesse ponto que situamos a PFN, compreendida como prática político-pedagógica derivada do pensamento feminista negro. Ou seja, como um conjunto de tradições intelectuais criadas a partir da tensão entre opressão e ativismo, e entre a condição de marginalização das mulheres negras e sua resistência organizada. Como nos fala Patricia Hill Collins (2019) que “o conhecimento adquirido nas opressões interseccionais de raça, classe e gênero incentiva a elaboração e a transmissão de saberes subjugados” (Collins, 2019, p. 42).

Assim, a PFN nasce da constatação de que, ao longo da história, a educação sempre foi objeto de preocupação das populações negras, em especial das mulheres, como demonstram figuras como Maria W. Stewart, que já em 1831 afirmava que “a educação é um ato político” (Richardson, 1987, *apud* Pinho; Mesquita, 2022, p. 13), e parte da compreensão que o conhecimento é ferramenta de resistência e transformação social.

Nesse sentido, vale ressaltar que esse campo teórico foi reivindicado por autoras como Barbara Omolade (1993) e Anette Henry (2005), nos Estados Unidos, que apontaram o caráter revolucionário das práticas pedagógicas das mulheres negras, destacando como suas experiências de resistência às opressões são transformadas em funda-

mentos para pensar a educação.

No Brasil, tal teoria tem sido sistematizada desde 2020 por um coletivo de autoras negras, capitaneado por Carolina Pinho (2022). Conforme esta autora, a sistematização da PFN é “fruto do esforço coletivo de mulheres negras que têm como referência a luta contra as opressões, especialmente o sexismo, o racismo e a favor da emancipação de trabalhadores e trabalhadoras” (Pinho, 2022, p. 15). Ou seja, não é apenas um conceito acadêmico, mas uma prática político-pedagógica enraizada em projetos coletivos de emancipação.

Carolina Pinho (2022) ainda salienta que entre os princípios que a fundamentam, destacam-se: a indissociabilidade entre teoria e prática, entendida em chave dialética; a auto-organização coletiva como fruto da autodefinição; o uso crítico de teorias clássicas da educação reinterpretadas a partir do feminismo negro; a reconexão com tradições intelectuais subjugadas; a centralidade da interseccionalidade como paradigma analítico; a valorização da experiência vivida como critério de cientificidade; e a assunção explícita de um projeto político de sociedade antirracista e emancipatório (Pinho, 2022, p. 28-35).

Esses elementos constituem um corpo teórico-metodológico próprio, que vai além da inclusão formal de sujeitos oprimidos e se propondo a superar as estruturas de desigualdade como já tem sido visto em comunidades e iniciativas educacio-

nais orientadas por princípios baseados na prática social de mulheres negras. Assim, “a pedagogia feminista negra é uma ferramenta para a construção de novos paradigmas educacionais, capazes de ampliar e diversificar os horizontes do conhecimento” (Silva; Pinho, 2024, p. 1). Portanto, reivindica a centralidade do ponto de vista das mulheres negras, o reconhecimento de suas tradições culturais e intelectuais, e a explicitação de um projeto de sociedade fundado na justiça social, na superação do racismo e do sexismo e na construção de novas relações humanas.

Ao contrário de perspectivas pedagógicas hegemônicas que se pretendem neutras, a Pedagogia Feminista Negra assume explicitamente sua natureza política e coletiva, reivindicando que a educação seja instrumento de empoderamento, emancipação e transformação radical da sociedade. Para compreender esse contraste, entre pedagogias hegemônicas e a PFN, partimos do contexto brasileiro, da sistematização das teorias pedagógicas realizada por Dermeval Saviani, especialmente em *Escola e Democracia* (2018), evidencia a centralidade das chamadas teorias não críticas da educação, historicamente hegemônicas no campo pedagógico.

Assim, destacam-se a pedagogia tradicional, a pedagogia renovada (ou escolanovista) e a pedagogia tecnicista. Apesar de diferenças metodológicas e discursivas, essas correntes compartilham características fundamentais: a compreensão

da educação como prática essencialmente técnica ou adaptativa; a crença na neutralidade do conhecimento escolar; a dissociação entre educação e conflito social; e a tendência a responsabilizar o indivíduo, e não as estruturas sociais, pelo sucesso ou fracasso escolar. Ao se apresentarem como universais, neutras e despolitizadas, tais pedagogias acabam por naturalizar desigualdades sociais, raciais e de gênero, contribuindo para a reprodução da ordem vigente.

A Pedagogia Feminista Negra se coloca em oposição direta a esse conjunto de pressupostos. Em vez de ocultar o conflito social sob a retórica da neutralidade, a PFN parte do reconhecimento de que toda prática educativa é atravessada por relações de poder, disputas epistemológicas e determinações históricas. Diferentemente das pedagogias não críticas, que operam com sujeitos abstratos e universais, a PFN afirma a centralidade das experiências concretas das mulheres negras, marcadas simultaneamente por raça, gênero, classe, território e sexualidade, como fundamento da produção do conhecimento e da prática pedagógica.

Autoetnografia crítica e feminismo negro: fundamentos da abordagem metodológica

Ancorada no referencial teórico, a metodologia proposta é a autoetnografia crítica (Piccin,

2021), que nasce da necessidade de tomar a palavra e reivindicar a visibilidade de falar de nós mesmas, a partir de nós mesmas. Propomos, assim, um movimento de inversão epistemológica, uma revolução dos objetos, onde deixamos de ser reduzidas à condição de objeto de estudo para nos afirmarmos como sujeitos que investigam, vivem, constroem e atuam.

Como observa Gabriela Piccin “trazer os sujeitos de modo que esses não sejam tomados como objetos, conforme a perspectiva moderna, requer escolhas metodológicas que destaquem o seu potencial inventivo, suas vozes, seus lugares de enunciação” (2021, p. 30). Assim, nossa motivação nasce do horizonte de ruptura que se inscreve a tradição contra-hegemônica do movimento negro, da qual também deriva nossa escolha pela autoetnografia como caminho metodológico, ancorada em nossos lugares de fala (Ribeiro, 2019) e em saberes situados (Haraway, 1988).

Importante destacar que no Brasil, a autoetnografia passou a ser vista como metodologia a partir dos anos 2000 (ONO, 2018), tornando-se cada vez mais presente na pesquisa social (Barsoni; Merlo, 2022). Diferentemente da etnografia clássica, que esteve por muito tempo associada à descrição monológica de culturas não ocidentais e à noção de cultura vinculada ao Estado-nação (Hall, 2015), a autoetnografia desloca o foco para o envolvimento do/a próprio/a pesquisador/

a, que descreve e interpreta práticas culturais a partir de sua experiência (Adams; Jones; Ellis, 2015), ou seja, a partir das críticas pós-modernas ao modelo tradicional da etnografia (Adams, Jones, Ellis, 2015), abrindo espaço para perspectivas mais situadas e plurais.

Desse modo, a autoetnografia aproxima-se das reflexões decoloniais ao indicar que todo conhecimento é produzido a partir de uma localização específica, tanto geopolítica quanto corpopolítica (Grosfoguel, 2011 *apud* Barsoni; Merlo, 2022). Assim, ao contrário da ciência moderna, que tende a apagar a marca do corpo e da história de quem fala em nome de uma pretensa neutralidade, essa metodologia assume a implicação do sujeito como parte constitutiva da pesquisa. Aplicada à formação docente, isso significa reconhecer nossos lugares de fala e de escuta como dimensões legítimas da construção do conhecimento (Merlo, 2022), afirmando que teorizar o vivido é também humanizar a ciência (Adams, Jones, Ellis, 2015).

Euclides e Silva (2024, p. 127) lembram, a partir de Rachel Griffin (2012), a importância de buscar nossas histórias como referência para decifrar possibilidades de construção de ferramentas que auxiliem na edificação de nossas liberdades, bem como de armas para os povos oprimidos. Assim, Griffin (2012) ressalta que autoetnografia é uma contribuição crítica ao conhecimento, pois permite demonstrar que nossas histórias

coletivas de luta estão diretamente vinculadas às nossas experiências individuais. A autora reforça ainda que as autoetnógrafas negras feministas têm como tarefa registrar que os destinos das mulheres negras estão conectados e que a luta é contínua. Assim, a autoetnografia, longe da proclamada neutralidade científica, afirma-se como prática crítica e política.

Ao seguirmos a metodologia da autoetnografia negra, escolhemos romper com o silenciamento histórico das vozes femininas e negras, uma vez que “escrever, emerge como um ato político” (Kilomba, 2019, p. 28). Logo, iremos refletir, analisar e teorizar sobre a RIPFN, uma organização transnacional sem fins lucrativos que vem sistematizando as bases e fundamentos de uma pedagogia feminista negra no Brasil e no mundo. Esse texto, assim como a rede, tem no seu cerne a coletividade, sendo escrito por cinco mulheres negras, de idades e cores diversas, presentes em diversos territórios e biomas brasileiros e estrangeiros, que compõem como membras e/ou coordenadoras da RIPFN.

A delimitação do corpus empírico seguiu critérios ético-políticos e analíticos coerentes com a autoetnografia crítica e com os objetivos do estudo. Foram selecionados materiais que expressam, de forma institucional, discursiva e vivencial, os princípios, práticas e disputas que constituem a RIPFN enquanto rede transnacional de pedago-

gia feminista negra. Assim, o corpus é composto: (i) pelo estatuto da rede, elaborado coletivamente em 2024, por se tratar de um documento normativo que explicita valores, objetivos e formas de organização política; (ii) pelos conteúdos públicos da rede em sua plataforma digital no Instagram, entendidos como práticas discursivas e pedagógicas de circulação de saberes; e (iii) pela experiência coletiva das autoras enquanto integrantes e/ou coordenadoras da rede, compreendida como fonte legítima de produção de conhecimento situado. A seleção desses materiais não obedeceu a critérios de representatividade estatística, mas à sua relevância epistemológica e política para compreender a constituição da pedagogia feminista negra em ação.

Os procedimentos metodológicos adotados articulam escrita autoetnográfica, reflexividade coletiva e análise crítica situada. Inicialmente, realizamos um exercício de rememoração e escrita implicada das experiências vividas pelas autoras no interior da rede, registrando percepções, afetos, tensões e aprendizados emergentes da prática política e pedagógica. Em seguida, esses registros foram colocados em diálogo coletivo, por meio de encontros virtuais e trocas escritas, nos quais buscamos identificar convergências, dissensos e categorias analíticas emergentes. Esse movimento foi constantemente atravessado pela interlocução com o referencial teórico do feminismo negro e da

pedagogia feminista negra, permitindo articular experiência e teoria de forma não hierárquica. Assim, a análise não se organiza pela separação entre “dados” e “interpretação”, mas por um processo contínuo de elaboração crítica do vivido, no qual narrar, refletir e teorizar constituem um mesmo gesto metodológico.

Memórias de fundação: autoetnografia do percurso que originou a Rede

Neste tópico, reconstruímos as memórias de fundação da Rede a partir de uma abordagem autoetnográfica, assumindo nosso lugar implicado no processo e narrando o percurso que deu origem à sua constituição. O projeto que viria a se tornar o embrião da Rede veio a público no início de 2020, com a realização do I Curso de Extensão Pedagogia Feminista Negra, na Universidade Estadual de Feira de Santana. Concebido pela Profa. Dra. Carolina Pinho, em co-idealização com a Profa. Me. Tayná Mesquita, o curso não se apresentava, desde sua origem, como uma ação pontual, mas como um movimento inicial de articulação coletiva em torno da publicização das bases epistêmicas do pensamento feminista negro e da consolidação de uma teoria crítica da educação comprometida com a transformação da realidade. A procura inesperadamente ampla (mais de 1.500 pessoas

interessadas em participar) explicitou a urgência de respostas educativas às questões raciais e de gênero e revelou a existência de uma demanda social reprimida por formação crítica nesse campo. Por limitações logísticas, foram acolhidas 100 inscrições.

Feita essa contextualização inicial, assumimos explicitamente o deslocamento para uma escrita situada e implicada. É a partir desse lugar que escrevemos estas linhas, não de fora ou de maneira distanciada, mas de dentro, registrando como essa experiência nos atravessou, nos transformou e abriu as condições políticas, formativas e organizativas para o que, posteriormente, viria a se constituir como a Rede. É também a partir dessa experiência fundacional que analisamos as práticas, linguagens e arranjos institucionais mobilizados pela Rede para produzir e fazer circular saberes feministas negros, compreendendo esse percurso como um laboratório vivo de elaboração pedagógica e política.

Essa experiência se materializou, de forma concreta, ao longo de quatro meses de formação, nos quais doze docentes (intelectuais orgânicas feministas negras vinculadas a universidades e movimentos sociais do Brasil e dos Estados Unidos) construíram conosco um processo formativo que entrelaçou teoria, prática e afetos. Não se tratou apenas de “assistir” a aulas, mas de nos reconhecermos naquelas falas, partilharmos dores, dúvidas

e estratégias, e aprendermos a reivindicar um lugar de fala como sujeitas do conhecimento. Como sintetiza Angela Davis em formulações amplamente difundidas em suas falas públicas, “quando a mulher negra se movimenta, toda a estrutura da sociedade se movimenta com ela” (Davis, s.d.), cada encontro virtual, realizado em meio aos lutos da pandemia de COVID-19 (que teve início em 2019, atingiu seu período mais crítico entre 2020 e 2022 e teve a emergência sanitária internacional oficialmente encerrada em 2023), constituiu-se simultaneamente como gesto de defesa da vida e ato coletivo de resistência.

Estar no curso e acompanhar os seus desdobramentos nos permitiu ver, de perto, os impactos concretos que a PFN pode gerar. Como, ao final da primeira edição, recebemos as notícias de que seis mulheres haviam sido aprovadas em processos seletivos de mestrado e doutorado em universidades públicas brasileiras, no mesmo ano ou no ano seguinte às aulas, devido, de acordo com seus relatos, a todo contributo do curso. Esse resultado dava corpo ao que vínhamos construindo juntas e mostrava como um espaço de formação pode se tornar um dispositivo de ascensão acadêmica e de fortalecimento político de mulheres negras. Ao longo das atividades, vivenciamos o movimento de autoidentificação que atravessou o grupo. Pela primeira vez muitas de nós nos víamos como sujeitas do conhecimento, autoras publicá-

veis e intelectuais públicas. Reconhecer-nos nesse espelho foi uma experiência transformadora.

Como desdobramento da primeira edição do curso de Pedagogia Feminista Negra, foram publicados dois livros. O primeiro deles, *Pedagogia Feminista Negra: primeiras aproximações* (Pinho; Mesquita, 2022), que reuniu textos de intelectuais negras brasileiras que sistematizam reflexões produzidas durante e a partir do curso. A obra é estruturada em capítulos que discutem fundamentos teóricos, práticas pedagógicas e experiências de resistência, constituindo-se como a primeira coletânea em língua portuguesa dedicada integralmente ao tema.

O segundo livro, *Pedagogia Feminista Negra: outras palavras*, organizado por Carolina Pinho e Tayná Mesquita, disponível apenas por meio digital, reuniu ensaios, relatos e produções de alunas que, pela primeira vez, se reconheceram como intelectuais e autoras publicáveis. Diferente do primeiro, esse volume privilegiou a escrita em primeira pessoa, a oralidade e a memória coletiva, trazendo vozes de mulheres negras militantes, educadoras populares, artistas e pesquisadoras em diálogo com o pensamento feminista negro, ampliando o alcance social e político do curso para além do espaço universitário.

A publicação dessas obras teve uma importância histórica para as mulheres negras, em geral, pois significou a consolidação de seu lugar como

produtoras de conhecimento e intelectuais públicas. Espaço que, como lembra Grada Kilomba (2019), lhes foi sistematicamente negado ao longo da história, quando vêm sendo transformadas em “objetos” e não em autoras do discurso científico. Romper com esse “não lugar” e ocupar as páginas de livros acadêmicos e políticos foi, portanto, um ato de deslocamento epistêmico e de afirmação coletiva. Além de valorizar e legitimar a produção intelectual de mulheres negras em suas múltiplas dimensões, esse processo também representou um passo fundamental para o amadurecimento do funcionamento da Rede, que se consolidou como espaço de compartilhamento, produção e circulação de saberes a partir da experiência coletiva.

Após dois anos de execução da vitoriosa primeira edição do Curso de Extensão de Pedagogia Feminista Negra, aconteceu a 2ª edição do curso². Este foi um esforço de diversificar as possibilidades explicativas sobre o fenômeno educacional, mas também de mobilizar e agrupar em rede mulheres negras de diferentes origens e perspectivas em torno da Pedagogia Feminista Negra.

Concomitante às atividades do curso, a intelectual, e uma das autoras deste artigo, Carolina Pinho buscava o fortalecimento transnacional do coletivo e das bases da Pedagogia Feminista Negra. Em 2022, participou da *Second Continental Conference on Afro-Latin American Studies*, promovido pelo Afro-Latin American Research Institu-

te (ALARI)³, da Universidade de Harvard, considerado o maior e mais importante encontro acadêmico dedicado aos estudos afro-latino-americanos na atualidade. O evento reuniu pesquisadoras e pesquisadores de diferentes continentes, consolidando-se como um espaço central para a circulação de ideias, a troca de experiências e o fortalecimento de redes internacionais de pesquisa.

Na ocasião, Carolina Pinho apresentou dois trabalhos sobre Pedagogia Feminista Negra, inserindo a proposta em diálogo direto com o campo dos estudos afro-latino-americanos e contribuindo para o reconhecimento e a necessidade desse debate em nível internacional e transatlântico. Também lançou o livro *Pedagogia Feminista Negra: primeiras aproximações*, com grande receptividade (mais de 80 exemplares foram comercializados durante o evento, alcançando pesquisadoras e pesquisadores de pelo menos cinco países distintos, incluindo a atual Ministra da Educação da Colômbia, Aurora Vergara). Tal evento também foi palco de movimentações políticas para o fortalecimento dos estudos afro-latino-americanos no Brasil e o embrião da RIPFN se fortalece ao se juntar a este esforço coletivo de manter o caráter político e coletivo da produção do conhecimento.

Esse contexto foi um aprendizado sobre como manter o caráter político e coletivo da produção do conhecimento para além das fronteiras nacionais. A presença da obra e das discussões so-

bre a PFN nesse espaço representou não apenas a difusão do pensamento produzido no Brasil, mas um marco para a consolidação da concepção teórica da Rede, gestada desde 2020 como projeto epistêmico transnacional, fundamentado no diálogo entre saberes locais e globais e no reconhecimento das mulheres negras como intelectuais e protagonistas na produção do conhecimento. Narrar isso agora é reconhecer também o nosso próprio deslocamento: de participante de um curso de extensão a integrante de uma experiência coletiva que se projeta para o mundo.

Quando a Rede se tornou corpo coletivo

A constituição da Rede como corpo coletivo permite observar, de forma mais sistemática, os impactos educativos, sociais e políticos que emergem de sua atuação. Esses impactos se expressam no fortalecimento de processos formativos, na ampliação de redes de mulheres negras e na institucionalização de uma proposta pedagógica feminista negra, como se evidencia nos marcos organizativos e nas experiências públicas analisadas a seguir.

É no *XIII Congresso Brasileiro de Pesquisadoras/as Negros/as* (COPENE), realizado em 2023, em Alagoas que é encaminhada a fundação da Rede. Este evento, que é um marco histórico, inscrito na longa trajetória de organização política das mulheres negras no Brasil e nas Américas, ressoa com o pensamento de lembra Lélia Gonzalez (1988), ao

dizer que o feminismo negro nasce da experiência concreta de opressão racial e de gênero e se afirma como projeto político de transformação. Exatamente o que sentimos ao ver a Rede ganhar forma naquele auditório.

Estar no Simpósio Temático “Saberes Afro-diaspóricos sobre Relações de Gênero e Pedagogias Feministas Negras”, no Nordeste, foi para nós muito mais do que assistir a comunicações acadêmicas: era sentir, no corpo, a história viva das feministas negras reunidas de todo o país. O espaço, que oficialmente era um simpósio, se mostrou sobretudo eminentemente político, pois cada fala, cada abraço, cada debate trazia a urgência de transformar a experiência em ação coletiva.

A fundação da Rede naquele contexto surgiu da consolidação de uma demanda que vínhamos construindo desde 2020 e que, no COPENE⁴, se explicitou como necessidade coletiva. Para nós, aquele momento expressava a força de uma construção política que parte da vida concreta, da urgência histórica e da compreensão do conhecimento como bem comum. Sentíamos que estávamos materializando um projeto que, à semelhança da luta feminista negra descrita por Lélia Gonzalez, sempre uniu prática e teoria.

Ver a Rede se afirmar como herdeira dessa tradição, transformando vivência em horizonte de ação coletiva, foi também perceber os impactos sociais (fortalecimento das redes de mulheres ne-

gras), políticos (institucionalização de uma proposta feminista negra) e educativos (circulação e legitimação de saberes insurgentes) que aquele gesto condensava. No final do encontro, quando se constituiu a comissão responsável por convocar a primeira assembleia exclusiva, aprovar estatuto e eleger direção permanente, demos conta do que testemunhamos, e, ao mesmo tempo, participamos, da institucionalização de um projeto político-pedagógico forjado na prática e na luta compartilhada. Escrever sobre isso agora é reconhecer que não era apenas um marco externo, mas um ponto de inflexão na nossa própria trajetória como pesquisadoras negras, implicada nesse processo coletivo.

Em 2023 participamos da assembleia que aprovou o estatuto e elegeu a primeira diretoria da RIPFN. Estar naquele momento, que, no papel, parecia apenas um procedimento burocrático, foi, para nós, sentir o peso histórico de ver uma proposta transformar-se em uma associação civil de direito privado, sem fins lucrativos e de duração indeterminada. Era a institucionalização de um projeto político-pedagógico que construímos desde dentro.

A nova direção, organizada em cinco comissões (Coordenação Geral, Coordenação de Atividades Culturais, Coordenação Científica, Coordenação Financeira e Coordenação de Comunicação). Ao todo são 10 dirigentes, organizadas em cinco comissões, com atuação articulada em diferentes estados do Brasil e do mundo, sendo a participa-

ção restrita a associadas com direito a voto em assembleias. Esse arranjo institucional constitui um indicador concreto de impacto político e social, ao estabelecer uma estrutura democrática, antirracista e transnacional, orientada pela Pedagogia Feminista Negra. Assistir a esse arranjo nascer nos fez perceber os impactos sociais (articulação transnacional de mulheres negras), políticos (criação de uma estrutura democrática e antirracista) e educativos (profundamento e difusão dos estudos em Pedagogia Feminista Negra) que a Rede encarna.

A partir desse processo de institucionalização, é possível identificar alguns indicadores empíricos dos impactos produzidos pela Rede. No plano social, destacam-se a articulação transnacional de mulheres negras e a constituição de um coletivo com participação ativa em assembleias e instâncias decisórias. No plano político, a criação de uma estrutura organizativa democrática, antirracista e conduzida exclusivamente por mulheres negras materializa um projeto de disputa institucional no campo científico e educacional. No plano educativo, observam-se o aprofundamento conceitual da Pedagogia Feminista Negra, a circulação de saberes insurgentes e a ampliação de espaços de formação e partilha.

Na ocasião da fundação da Rede, foi pauta a importância de criar um espaço de discussão e partilha acerca do que se compreende e o que se faz enquanto Pedagogia Feminista Negra, pois até

então esse era um campo desconhecido para grande número das pessoas presentes naquela sala. O interessante é notar que, apesar da ausência de nomeação, as dezenas de pesquisas apresentadas nos dois dias de reunião do simpósio temático mostraram que aquelas pessoas (em sua maioria, mulheres negras) já realizavam práticas de PFN.

Posteriormente, no dia 12 de setembro de 2024 foi realizada a 1ª Assembleia aberta da rede e, na ocasião, foi compartilhado o estatuto e aprovação do ingresso de novos/as membros/as. Foi celebrada com alegria e reafirmou o compromisso político coletivo de luta contra “o racismo, o heterossexismo e o eurocentrismo” (Werneck, 2010) nas produções do coletivo, refutando a pretensa neutralidade científica que, nada mais é do que um ranço persistente da colonialidade do ser, do saber, do poder e de gênero.

Isso evidencia que, ao dispormos de ferramentas conceituais próprias, somos capazes de nomear, fundamentar e disseminar nossa práxis, validando e recuperando o que fazemos a partir de uma base intelectual, política e afetiva afro-feminista. Até setembro de 2025, a Rede reunia mais de cinquenta membras ativas, organizava-se por meio de uma diretoria estruturada em cinco comissões, mantinha participação regular em eventos acadêmicos e contava com um perfil digital com mais de 1.200 seguidores, que são indicadores qualitativos de um projeto político-

pedagógico em funcionamento e expansão.

Essas estratégias coletivas de produção de conhecimento em rede resultaram, em dois anos de atuação organizada, na defesa de uma tese de doutorado, uma dissertação de mestrado e na publicação de quatro artigos científicos, elaborados por meio de processos colaborativos de pesquisa, escrita e reflexão. Tal produção demonstra que a Rede não apenas promove a circulação de saberes, mas se constitui como espaço ativo de gestão intelectual, no qual a pesquisa é construída de forma compartilhada, politicamente situada e comprometida com os princípios da pedagogia feminista negra.

Popularização da ciência e ativismo digital

Em 2025 a RIPFN ampliou seus espaços de atuação. Criou-se o Grupo de Estudos da Rede, cuja primeira obra escolhida para leitura coletiva foi *Pedagogia Feminista Negra: Primeiras Aproximações* (Pinho; Mesquita, 2022); no momento da escrita deste artigo já conta com 98 pessoas inscritas. No mesmo ano formalizou-se, no CNPq, o Grupo de Pesquisa Coletivo Tereza de Benguela: Estudos Afro-latino-americanos e Pedagogia Crítica, vinculado ao Instituto Federal da Bahia (campus Irecê) sob coordenação geral da professora Carolina Pinho.

Assim, também foi ampliada a atuação da Rede no campo da comunicação digital, evidenci-

ando os impactos educativos, sociais e políticos que extrapolam os espaços acadêmicos formais. A criação do perfil do *Instagram* (@pedagogiafeministanegra) transformou-se, para nós, em uma extensão viva do trabalho desenvolvido nos cursos e encontros. Ao produzirmos e gerirmos os conteúdos, percebemos que a página não era apenas um canal de divulgação, mas um laboratório de comunicação pedagógica digital, no qual a popularização da ciência se articula à formação crítica e à ampliação de redes. Por meio da linguagem e das funcionalidades das redes sociais, os posts tornam acessíveis a um público ampliado resultados de pesquisas acadêmicas, utilizando reels, carrosséis informativos e artes visualmente atraentes que descomplicam temas e conceitos como interseccionalidade, feminismo negro e história da educação no Brasil.

Percebemos a relevância nas interações com os seguidores, compartilhamentos, comentários, democratizando e popularizando a ciência, rompendo o isolamento da academia e permitindo que um público muito mais amplo tenha acesso às produções de intelectuais negras e interaja diretamente com a Rede.

Além disso, a plataforma cumpre um papel crucial na visibilidade de vozes e epistemologias historicamente marginalizadas, ao dar destaque a pensadoras negras, como Lélia Gonzalez, bell hooks, Patrícia Hill Collins, Conceição Evaristo, en-

tre outras intelectuais. Ele reforça que a produção de saber é diversa, que a experiência e a vivência de mulheres negras são fontes potentes para a construção de novas categorias e teorias pedagógicas críticas. Desse modo, o Instagram da RIPFN é mais do que uma página de posts; é um exemplo de pedagogia e ativismo digital que utiliza a tecnologia para fomentar o senso crítico e compartilhar a produção intelectual de mulheres negras. Ele prova que a academia pode e deve dialogar com a sociedade de forma direta e inclusiva, transformando o conhecimento em uma ferramenta de empoderamento e emancipação.

Além disso, desde junho de 2024 a maioria dos posts também traz descrição de imagem, reforçando o compromisso com a acessibilidade e a inclusão, e ampliando o alcance social, político e educativo do conteúdo compartilhado. Até o momento da escrita deste artigo (setembro de 2025), o Instagram da Rede possui 72 postagens e um total de 1.205 seguidores, com métricas de engajamento relevantes na divulgação da agenda de atividades em rede. Esses elementos configuram indicadores empíricos de como as escolhas comunicacionais da Rede produzem efeitos formativos, ampliam redes e disputam sentidos no espaço público digital.

RESULTADOS: PRÁTICAS, IMPACTOS, DESLOCAMENTOS E DISPUTAS EPISTEMOLÓGICAS NA ATUAÇÃO DA REDE

Esta seção apresenta os principais resultados da pesquisa, articulando-os explicitamente às perguntas que orientaram o estudo: (i) como a Rede mobiliza práticas, linguagens e arranjos institucionais para produzir, legitimar e circular saberes feministas negros; e (ii) de que modo suas escolhas comunicacionais e organizativas desestabilizam a pretensa neutralidade científica e afirmam epistemologias negras. A análise fundamenta-se na autoetnografia coletiva, nos documentos institucionais da Rede e nas experiências formativas, organizativas e comunicacionais descritas na seção anterior.

Esta seção apresenta os principais resultados da pesquisa, compreendidos não apenas como respostas diretas às perguntas que orientaram o estudo, mas como achados analíticos emergentes da experiência autoetnográfica coletiva, da análise dos documentos institucionais e das práticas formativas, organizativas e comunicacionais da Rede. Ao articular, práticas, impactos e disputas epistemológicas, os resultados evidenciam tanto os modos pelos quais a Rede produz e circula saberes feministas negros quanto os deslocamentos mais amplos que sua atuação provoca nos campos educativo, científico e político. As perguntas de pesquisa relativas

às práticas mobilizadas, aos impactos produzidos e às disputas em torno da neutralidade científica, operam, assim, como eixos de leitura.

Práticas, linguagens e arranjos institucionais na produção e circulação de saberes

Os resultados indicam que a Rede mobiliza um conjunto articulado de práticas formativas, linguagens políticas e arranjos institucionais que operam simultaneamente nos planos educativo, organizativo e epistemológico. Entre essas práticas destacam-se os cursos de formação em Pedagogia Feminista Negra, a organização de grupos de estudo, a produção coletiva de livros e artigos científicos, a participação sistemática em eventos acadêmicos e a institucionalização da Rede como associação civil sem fins lucrativos, conduzida exclusivamente por mulheres negras.

No plano organizativo, a estruturação da Rede por meio de assembleias, estatuto próprio e uma diretoria organizada em comissões revela um arranjo institucional democrático, antirracista e transnacional. Esse modelo rompe com hierarquias tradicionais do campo acadêmico ao valorizar a deliberação coletiva, a horizontalidade decisória e a circulação compartilhada do conhecimento, deslocando a centralidade da autoria individual em favor de processos colaborativos de produção intelectual.

No plano das linguagens, observa-se a recusa da escrita distanciada e supostamente neutra, em favor de narrativas situadas, da escrita em primeira pessoa, da oralidade e da memória coletiva como formas legítimas de produção de saber. Essas escolhas não operam apenas como estratégias comunicacionais, mas como posicionamentos epistemológicos, ao afirmar que a experiência histórica, corporal e afetiva das mulheres negras constitui fonte válida de conhecimento científico.

A atuação da Rede em plataformas digitais integra esse mesmo movimento. O uso do Instagram como espaço de popularização da ciência amplia a circulação dos saberes produzidos, traduz conceitos acadêmicos em linguagens acessíveis e visuais e rompe o isolamento da universidade. Assim, práticas formativas, arranjos institucionais e escolhas comunicacionais não se apresentam como dimensões separadas, mas como partes de um mesmo projeto político-epistemológico de produção e legitimação de saberes feministas negros.

Impactos educativos, sociais, políticos e epistemológicos da atuação da Rede

No plano educativo, os resultados evidenciam impactos concretos na formação acadêmica e política de mulheres negras. Em dois anos de atuação organizada, a Rede contribuiu para a defesa de uma tese de doutorado, uma dissertação de mes-

trado e a publicação de quatro artigos científicos, produzidos por meio de processos colaborativos de pesquisa, escrita e reflexão. Esses resultados indicam que a Rede funciona como dispositivo formativo capaz de fortalecer trajetórias acadêmicas, ampliar o acesso de mulheres negras aos espaços de produção científica e tensionar critérios tradicionais de validação do conhecimento.

No plano social, observa-se a ampliação de redes transnacionais de mulheres negras, a consolidação de um coletivo com participação ativa em assembleias e instâncias decisórias e o fortalecimento de vínculos políticos e afetivos entre suas membras. A Rede opera como espaço de pertencimento e reconhecimento, no qual mulheres negras se afirmam como sujeitas do conhecimento, educadoras críticas e intelectuais públicas, rompendo com trajetórias marcadas pelo silenciamento e pela marginalização epistêmica.

Politicamente, a institucionalização da Rede configura uma forma de disputa no campo científico e educacional ao afirmar a Pedagogia Feminista Negra como projeto político-pedagógico legítimo. A criação de uma estrutura organizativa democrática, antirracista e conduzida por mulheres negras materializa uma intervenção institucional que confronta a exclusão histórica dessas mulheres dos espaços de decisão, produção e circulação do saber.

No plano epistemológico, os impactos da Rede se expressam na desestabilização da preten-

sa neutralidade científica. Ao afirmar que toda produção de conhecimento é situada, atravessada por relações de poder e implicada politicamente, a Rede tensiona modelos hegemônicos de ciência e legitima epistemologias negras como formas válidas de interpretação e transformação da realidade. Esse impacto não se limita aos produtos acadêmicos gerados, mas se desdobra em deslocamentos subjetivos, institucionais e simbólicos que extrapolam os objetivos inicialmente delineados.

De modo transversal, a análise evidencia que a atuação da Rede produz efeitos que não se encerram em indicadores mensuráveis, mas se manifestam em processos contínuos de transformação social, fortalecimento coletivo e reconfiguração do lugar das mulheres negras na produção do conhecimento. Esses resultados confirmam que a Pedagogia Feminista Negra, tal como praticada pela Rede, constitui não apenas um campo teórico emergente, mas uma prática política viva, coletiva e transnacional.

Achados transversais: deslocamentos subjetivos, afetos e efeitos não previstos

Para além dos resultados diretamente vinculados às perguntas de pesquisa, a análise autoetnográfica permitiu identificar achados transversais que atravessam a atuação da Rede. Um deles refere-se ao deslocamento subjetivo e político das

participantes, que passam a se reconhecer não apenas como educadoras, militantes ou pesquisadoras, mas como produtoras legítimas de conhecimento e intelectuais públicas. Esse movimento, reiteradamente narrado nas experiências formativas e organizativas, revela que a Rede opera também como espaço de reconfiguração identitária e de fortalecimento da autoria intelectual de mulheres negras.

Outro achado relevante diz respeito à indissociabilidade entre afeto, política e produção de conhecimento. Longe de constituírem dimensões separadas, esses elementos emergem como base estruturante da Pedagogia Feminista Negra em ação, informando tanto as práticas formativas quanto os arranjos institucionais e comunicacionais da Rede. A centralidade do cuidado, da escuta e da memória coletiva aparece, assim, não como efeito colateral, mas como resultado metodológico e político do próprio modo de fazer ciência adotado.

Por fim, observa-se que a atuação da Rede produz efeitos que extrapolam os objetivos inicialmente delineados, ao incidir sobre trajetórias individuais, instituições acadêmicas e espaços públicos digitais. Esses efeitos não previstos reforçam o caráter processual, aberto e expansivo da Pedagogia Feminista Negra, indicando que seus impactos não se encerram em produtos mensuráveis, mas se desdobram em práticas contínuas de transformação social, produção de sentido e disputa epistemológica

CONCLUSÃO

Ao longo do artigo, evidenciamos como a Rede mobiliza práticas, linguagens e arranjos institucionais para produzir, legitimar e circular saberes feministas negros, bem como de que modo suas escolhas organizativas e comunicacionais tensionam a pretensa neutralidade científica e afirmam epistemologias negras. Demonstramos que a Rede articula práticas, linguagens e arranjos institucionais como estratégia de produção e legitimação de saberes feministas negros e que, ao fazê-lo, suas escolhas organizativas e comunicacionais operam como gesto político-epistemológico de contestação à neutralidade científica e de afirmação de epistemologias negras.

Para nós, esse processo foi profundamente transformador. Ao participar dessa construção coletiva, atravessadas por histórias e territórios distintos, aprendemos novas formas de solidariedade, ressignificamos nossas trajetórias acadêmicas e políticas e nos reconhecemos como protagonistas de um projeto transnacional que articula teoria, prática e afeto. Essa experiência ampliou nossa compreensão sobre o fazer da pesquisa e da pedagogia feminista negra e constitui um dos impactos educativos centrais da atuação da Rede, ao demonstrar como a produção coletiva de saber transforma trajetórias acadêmicas e políticas.

À luz do que foi discutido ao longo do arti-

go, a atuação da Rede pode ser compreendida no interior de uma tradição política e epistemológica do feminismo negro, conforme apontado por Jurema Werneck (2010), marcada pela organização coletiva das mulheres negras frente ao aniquilamento racista, heterossexista e eurocêntrico. Nesse sentido, a noção de feminismo negro transnacional opera, neste estudo, como chave interpretativa, permitindo compreender como a Rede articula saberes, práticas e projetos políticos forjados a partir de experiências históricas compartilhadas por mulheres negras em diferentes territórios atravessados pelo colonialismo, pelo racismo e pelo capitalismo global.

Ao analisar missão, objetivos e eixos da Rede e como sua atuação vem sendo estabelecida, observamos que, para além da produção científica, ela constrói uma teoria pedagógica interdisciplinar ancorada na epistemologia feminista negra e na participação plural de suas integrantes. Ao estabelecer interlocuções entre mulheres negras brasileiras e estrangeiras, a Rede contribui tanto para a formação de pesquisadoras e educadoras quanto para a incidência em políticas públicas e iniciativas antirracistas, antissexistas e anticapitalistas em diferentes campos do conhecimento.

Essa práxis, orientada por lutas políticas e iniciativas antirracistas, antissexistas e anticapitalistas, expressa um uso prático e político da interseccionalidade, não apenas como categoria analíti-

ca, mas como orientação concreta para a produção de conhecimento situado. Ao assumir a interseccionalidade como prática pedagógica e política, a Rede afirma epistemologias negras e contribui para a construção de uma ciência comprometida com a superação das hierarquias raciais, de gênero e de classe que historicamente estruturam a produção científica hegemônica.

REFERÊNCIAS

- ADAMS, Tony E.; HOLMAN JONES, Stacy; ELLIS, Carolyn. **Autoethnography: Chapter 1**. In: ADAMS, Tony E.; HOLMAN JONES, Stacy; ELLIS, Carolyn (org.). *Autoethnography*. Oxford: Oxford University Press, 2015.
- ANDREWS, George Reid. **Negros e brancos em São Paulo, 1888–1988**. Bauru, SP: Editora da Universidade do Sagrado Coração, 1998.
- BACHELARD, Gaston. **A formação do espírito científico**: contribuição para uma psicanálise do conhecimento. 5. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.
- BAIROS, Luiza. Nossos Feminismos Revisitados. **Revista Estudos Feministas**, [S. l.], v. 3, n. 2, p. 458, 1995. DOI: 10.1590/%x. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16462>. Acesso em: 24 ago. 2025.
- BASONI, Isabel Cristina Gomes; MERLO, Marianna Cardoso Reis. **Autoetnografia e formação docente: história e identificações**. *Revista (Con)Textos Linguísticos*, Vitória, v. 16, n. 35, p. 79–93, 2022.
- BRASIL DE FATO. **Angela Davis in Brazil: The right to live is a basic right and should include land**. Brasil de Fato, 23 out. 2019. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/10/23/angela-davis-in-brazil-the-right-to-live-is-a-basic-right-and-should-include-land/>. Acesso em: 05 mai. 2025.
- CARNEIRO, Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. 2005. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.
- CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos Feministas**. Santa Catarina, Jan. P. 171-188, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/mbTpP4SFXPnJZ397j8fSBQQ/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 31 ago. 2025.
- COLLINS. Patricia Hill. Aprendendo com a outsider Within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. **Revista Sociedade e Estado**. – V 31, N. 1, Janeiro/abril, p. 99-127, 2016. Disponível

em: <https://www.scielo.br/j/se/a/MZ8tzzsGrvmFTKFqr6GLVMn/?format=pdf&lang=pt>. Acesso no dia 11 nov. 2023

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento**. Tradução de Jamille Pinheiro Dias. São Paulo: Boitempo, 2019.

COLLINS, Patricia Hill. **Black feminist thought: knowledge, consciousness, and the politics of empowerment**. 2. ed. New York: Routledge, 2000.

CURIEL, Ochy. **La nación heterosexual: análisis del discurso jurídico y el régimen heterosexual desde la antropología de la dominación**. Bogotá: Brecha Lésbica; En la Frontera, 2013.

CUSICANQUI, Silvia Rivera. **Ch'ixinakax utxiwa: una reflexión sobre prácticas y discursos descolonizadores**. Buenos Aires: Tinta Limón, 2010.

DALCASTAGNÈ, Regina. **Literatura brasileira contemporânea: um território contestado**. Rio de Janeiro: UERJ, 2012.

DAVIS, Angela. **A liberdade é uma luta constante: Ferguson, a Palestina e as bases de um movimento**. Tradução de Tânia Ganho. Lisboa: Antígona, 2020.

EUCLIDES, Maria Simone; SILVA, Joselina da. **Auto-etnografia negra feminista: epistemologias e subjetividades para um currículo antirracista**. *Série-Estudos*, Campo Grande, MS, v. 29, n. 67, p. 121–136, set./dez. 2024. DOI: 10.20435/serieestudos.v29i67.1903.

FIGUEIREDO, Ângela. Feminismos negros. In: RIOS, Flávia M.; RATTIS, Alex; SANTOS, Márcio André (org.). **Dicionário das relações étnico-raciais contemporâneas**. São Paulo: Perspectiva, 2023. p. 148–152.

GAGO, Verónica. **A potência feminista: ou o desejo de transformar tudo**. Tradução de Igor Peres. São Paulo: Elefante, 2020.

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação**. Petrópolis: Vozes, 2017.

GONZALEZ, Léila. **Por um Feminismo Afro Latino Americano**. RIOS, Flavia; LIMA, Márcia. (Org). 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GONZALEZ, Léila. **A categoria político-cultural de amefricanidade**. *Tempo Brasileiro*, Rio de Janeiro, n. 92/93, p. 69–82, jan./jun. 1988

GRIFFIN, Rachel Alicia. **I am an angry Black woman: Black feminist autoethnography, voice, and resistance.** *Women's Studies in Communication*, v. 35, n. 2, p. 138–157, 2012. DOI: 10.1080/07491409.2012.724524.

HALL, Stuart. **Cultural identity and diaspora.** In: RUTHERFORD, Jonathan (org.). *Identity: community, culture, difference.* London: Lawrence & Wishart, 1990. p. 222–237.

HARAWAY, Donna. **Situated knowledges: the science question in feminism and the privilege of partial perspective.** *Feminist Studies*, v. 14, n. 3, p. 575–599, 1988. DOI: 10.2307/3178066.

HENRY, Annette. Black feminist pedagogy: critiques and contributions. In: **Counterpoints**, v. 237. New York: Peter Lang, 2005. p. 89–105. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/42978676>. Acesso em: 10 junho 2025.

HOOKS, bell. **Erguer a voz: pensar como feminista, pensar como negra.** São Paulo: Elefante, 2019.

KILOMBA, Grada. **Memórias da Plantação: episódios de racismo cotidiano.** Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LANDER, Edgardo. **A colonialidade do saber: euro-**

centrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: Colección Sur Sur, 2005.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto. In: CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSFOGUEL, Ramón (eds.). **El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global.** Bogotá: Siglo del Hombre Editores, 2007. p. 127-168. Disponível em: <http://www.unsa.edu.ar/histocat/hamoderna/grosfoguelcastrogomez.pdf>. Acesso: 12 jul. 2024.

MOURA, Roberto. **Tia Ciata e a Pequena África no Rio de Janeiro.** 2. ed. revista pelo autor. Rio de Janeiro: Biblioteca Carioca, 1995.

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado.** São Paulo: Perspectiva, 2016.

OMOLADE, Barbara. A Black feminist pedagogy. **Women's Studies Quarterly**, New York, v. 21, n. 3/4, p. 31–38, Fall–Winter 1993.

ONU MULHERES BRASIL. **25 de julho - Dia Internacional da Mulher Negra Latino-Americana e Caribenha.** Brasília, s.d. Disponível em: <https://www.onumulheres.org.br>. Acesso em: 04 jun. 2025.

PICCIN, Gabriela Freire Oliveira. **O IFES na produção de epistemologias do Sul**. 2021. 300f. Tese (Doutorado em Linguística) - Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2021.

PINHO, Carolina. MESQUITA, Tayná. **Pedagogia Feminista Negra: Primeiras Aproximações**. São Paulo: Serpente, 2022.

PINHO, Carolina Imani Santos. **De onde veio o feminismo negro?** Texto didático, 2025.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). **La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latinoamericanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2000.

REIS, João José. **A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

REIS, Maria Firmina dos. **Úrsula**. São Luís: Tipografia do Progresso, 1859.

RIBEIRO, Djamila. **Lugar de fala**. São Paulo: Pólen Livros, 2019.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**. Autores associados, 2018.

SAVIANI, Demerval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 6ª ed. Campinas: Autores Associados, 2021.

SILVA, Joselina da; EUCLIDES, Maria Simone. **Auto-etnografias dialogadas de feministas negras: experiências de docentes negras em programas de pós-graduação**. *Teoria e Cultura*, v. 13, n. 3, p. 79–90, 2022.

SILVA, Kenia; PINHO, Carolina S. B. de. Pedagogia Feminista Negra como confronto ao epistemicídio: novos territórios de conhecimento. *InterAção*, [S. l.], v. 15, n. 3, p. e88424, 2024. DOI: 10.5902/2357797588424. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/interacao/article/view/88424>. Acesso em: 21 ago. 2025.

SOARES, Mariza de Carvalho. **Devotos da cor: identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

SODRÉ, Muniz. **Samba, o dono do corpo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1998.

WERNECK, Jurema. **Nossos passos vêm de longe!**

Movimentos de mulheres negras e estratégias políticas contra o sexismo e o racismo. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 07–17, 2010. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/site/article/view/303>. Acesso em: 24 ago. 2025.

VERGÈS, Françoise. **Um feminismo decolonial**. Tradução de Jamille Pinheiro Dias. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

ZAMBRANO, Catalina González. **Mulheres negras em movimento**: ativismo transnacional na América Latina (1980-1995). 2017. Tese (Doutorado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, University of São Paulo, São Paulo, 2017. DOI: 10.11606/T.8.2018.tde-20022018-112511. Acesso em: 29 jul. 2025.

NOTAS

¹É importante destacar que nos escritos de Lélia Gonzalez ela utiliza o termo ameríndia, todavia neste artigo, optamos em utilizar a palavra indígena levando em conta o debate contemporâneo.

²Contando com a coordenação pedagógica de [trecho suprimido para preservar o anonimato] e Prof. [trecho suprimido para preservar o anonimato], esta última foi uma das cursistas da primeira edição. Além disso, outras cursistas da primeira edição se dedicaram à divulgação e construção desta nova edição mesmo sem fazer parte da equipe pedagógica.

³Em 2022, a conferência contou com mais de mil e trezentos pesquisadoras, acadêmicos, artistas, ativistas e outros produtores de conhecimento de 26 países diferentes. Em 2024, houve novamente outra participação, com a mesa-redonda “Pedagogia Feminista Negra: contribuições afro-latino-americanas para uma prática pedagógica revolucionária”, ao lado de pesquisadoras de diferentes instituições, e ver a transmissão ao vivo pelo perfil [trecho suprimido para preservar o anonimato]. A mesa foi realizada em 12 de julho de 2024, na sala de Congregação da Faculdade de Direito na USP. Site com a programação do evento: <https://alari.fas.harvard.edu/third-continental-conference-on-afro-latin-american-studies-2024>.

⁴A rede também participou em 2024 *XIII Congresso Brasileiro de Pesquisadores/as Negros/as (COPENE)*, promovendo e mediando atividades como mesa redonda, minicurso, sessão temática e lançamento de livro, voltadas ao debate das relações de gênero a partir de referenciais afrodiaspóricos, contracoloniais e decoloniais, com ênfase nas dimensões didáticas, curriculares e metodológicas das pedagogias feministas negras. No âmbito do evento, a rede também propôs a organização de uma publicação especial da ABPN, intitulada *Estudos da Pedagogia Feminista Negra (PFN)*, destinada à discussão de fundamentos teóricos, metodológicos e políticos da PFN e de suas articulações com as lutas sociais contemporâneas.